

## **URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: PROCESSO DE URBANIZAÇÃO, REDE URBANA, HIERARQUIA URBANA, REGIÕES METROPOLITANAS E RIDE, ESPAÇO URBANO E PROBLEMAS URBANOS**

Nas primeiras décadas da colonização foram fundadas várias vilas no Brasil. Em Vila do Pereira (Bahia), aportaram colonos, soldados, funcionários públicos, um juiz, cobradores de impostos, padres, construtores, comerciantes e muitos outros profissionais que, por determinação do rei de Portugal, vieram formar e construir a primeira capital brasileira. As demais vilas da colônia, assim que atingiam certo nível de desenvolvimento, recebiam o título de **cidade**. A partir da República, as vilas passaram a ser chamadas cidades, e seu território (tanto urbano quanto rural), passou a ser designado por **município**.

Na maioria dos países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento, a classificação de uma aglomeração humana como zona urbana ou cidade costuma levar em consideração algumas variáveis básicas: densidade demográfica, número de habitantes, localização e presença de equipamentos urbanos, como comércio variado, escolas, atendimento médico, correio e serviços bancários. No Brasil, o IBGE, considera população urbana as pessoas que residem no interior do **perímetro urbano** de cada município e população rural as que residem fora desse perímetro.

Entretanto, as autoridades administrativas de alguns municípios, a fim de aumentar suas arrecadações, determinam um perímetro urbano bem mais amplo do que a área efetivamente urbanizada. Dessa forma, muitas chácaras, sítios ou fazendas, inegavelmente áreas rurais, acabam registradas como parte do perímetro urbano e são taxadas com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), e não com o Imposto

Territorial Rural (ITR), assim os municípios obtêm uma arrecadação muito superior.

Segundo o IBGE, em 2010 o Brasil tinha 84,4% de população urbana e 15,6% de população rural. Porém, considerando esse texto, podemos inferir que o número de pessoas que vivem integradas ao modo de vida rural, mas são classificadas como moradores urbanos, é maior do que aquele dos índices oficiais.

O processo de ocupação do território sempre esteve ligado às atividades econômicas desenvolvidas. Ao longo da história, houve grande concentração de cidades na faixa litorânea, fenômeno associado ao processo de colonização do tipo agrário-exportador, que concentrou nessa região os portos, as fortificações e outras atividades que deram origem às primeiras cidades. Durante o período em que a mineração teve grande importância para o desenvolvimento econômico brasileiro, ocorreu um intenso processo de urbanização e efervescência cultural em Minas Gerais, além da ocupação de Goiás e Mato Grosso. A forte migração para a então província de São Paulo, onde se iniciava a cafeicultura, possibilitou o desenvolvimento de várias cidades, como Taubaté, Bragança e Campinas.

Até meados dos anos 1960 a população brasileira era predominantemente rural. Entre as décadas de 1950 e 1980 milhões de pessoas migraram para as regiões metropolitanas e capitais de estados. Esse processo provocou inchaço, segregação espacial e aumento das desigualdades nas grandes cidades, mas também melhoria em vários indicadores sociais, como redução da natalidade e dos índices de mortalidade infantil, além do aumento na expectativa de vida e nas taxas de escolarização.

O processo de urbanização brasileiro apoiou-se essencialmente no **êxodo rural**, associado a dois condicionantes que se interligam: a

**repulsão** da força de trabalho do campo, com a substituição do homem pela máquina, a persistência de uma estrutura fundiária concentradora e o monopólio das terras por uma elite e a **atração** dessa força de trabalho para as cidades, que oferecem vagas na construção civil, no comércio ou nos serviços. O mercado urbano diversificado permite o aparecimento do trabalho informal, sem vínculo empregatício, além de assistência social e hospitalar, ainda que precária. A cidade não é um sonho dourado para as populações expulsas do campo, mas é uma promessa de sobrevivência.

O processo de urbanização se manifesta em todo o país. Contudo, do ponto de vista regional, registram-se fortes diferenças no ritmo da transferência da população do meio rural para o meio urbano.

No **Sudeste**, a população urbana ultrapassou a rural na década de 1950, sendo que a fase de urbanização acelerada encerrou-se há duas décadas. A urbanização do **Centro-Oeste** foi impulsionada pela fundação de Brasília, em 1960, e pelas rodovias de integração nacional que interligaram a nova capital com o Sudeste, de um lado, e a Amazônia, de outro. A mecanização do campo acentuou a tendência à urbanização. Desde o final da década de 1960, o Centro-Oeste tornou-se a segunda região mais urbanizada do país. A região **Sul**, pelo contrário, conheceu urbanização lenta e limitada até o início da década de 1970. A estrutura agrária, baseada na propriedade familiar, restringia a transferência da população para o meio urbano. Nas últimas décadas, porém, a mecanização acelerada da agricultura e a concentração da propriedade fundiária impulsionaram o êxodo rural.

No **Nordeste**, a trajetória da urbanização permaneceu relativamente lenta. A estrutura agrária assentada sobre minifúndios familiares, na faixa do Agreste, contribuiu para reter a força de trabalho o campo e controlar o ritmo do êxodo rural. Além disso, o insuficiente

desenvolvimento do mercado regional reduziu a atração exercida pelas cidades. Contudo, durante décadas, o movimento migratório para o Sudeste transferiu populações do campo nordestino para as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A região **Norte**, por sua vez, era a segunda mais urbanizada do país há algumas décadas, tendo se transformado na menos urbanizada na década de 1980.

Nas **redes urbanas**, as cidades desempenham a função de nós, ou vértices, dos sistemas de fluxos de pessoas, bens, serviços, capitais e informações que caracterizam a sociedade contemporânea. De acordo com o estudo *Regiões de influência das cidades 2007*, publicado pelo IBGE, a rede urbana brasileira compõe-se de 802 cidades que funcionam como centros de comandos do território, classificadas de acordo com critérios como a gestão pública e empresarial, a oferta de serviços especializados e a presença de domínio na internet. As cidades podem ser classificadas em cinco níveis:

**1. Metrópoles:** são os 12 principais centros urbanos do país, cuja influência se estende por vastas áreas do território nacional. Foram divididas em três subníveis, segundo o tamanho e a capacidade de polarização.

**a. Grande metrópole nacional - São Paulo**, a maior metrópole do País (19,5 milhões de habitantes, em 2007), com poder de polarização em escala nacional;

**b. Metrópole nacional - Rio de Janeiro e Brasília** (11,8 milhões e 3,2 milhões de habitantes, respectivamente, em 2007), que também estendem seu poder de polarização em escala nacional, mas num nível de influência menor que São Paulo;

**c. Metrópole** - Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, com população variando de

1,6 (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte), possuem poder de polarização em escala regional.

**2. Capitais regionais** – neste nível de polarização encontramos 70 municípios com influência regional. É subdividido em três níveis.

**a. Capital regional A** – engloba 11 cidades, com média de 955 mil habitantes;

**b. Capital regional B** – 20 cidades, com média de 435 mil habitantes;

**c. Capital regional C** – 39 cidades, com média de 250 habitantes.

**3. Centro sub-regional** – 169 municípios com serviços menos complexos e área de polarização mais reduzida, são subdivididos em:

**a. Centro sub-regional A** – 85 cidades, com média de 95 mil habitantes;

**b. Centro sub-regional B** – 79 cidades, com média de 71 mil habitantes.

**4. Centros de zona** – 556 cidades de menor porte, que dispõem apenas de serviços elementares e estendem seu poder de polarização somente nas cidades vizinhas. Subdivide-se em:

**a. Centro de zona A** – 192 cidades, com médias de 45 mil habitantes;

**b. Centro de zona B** – 364 cidades, com média de 23 mil habitantes.

**5. Centro local** – as demais 4473 cidades brasileiras, com média de 8133 habitantes e cujos serviços atendem somente a população local, não polarizam nenhum outro município, só são polarizados.

Com a entrada do capitalismo em sua etapa informacional, o avanço da globalização e a conseqüente aceleração de fluxos no espaço geográfico planetário, já se pode falar numa rede urbana mundial, cujos nós são as chamadas **cidades globais**, cidades que

possuem um importante sistema econômico a nível global. Segundo a classificação desenvolvida pelo *Globalization and World Cities (GaWC)*, as **idades globais** mais importantes são **Londres, Nova York** (Alfa++). Logo após temos Chicago, Dubai, Hong Kong, Paris, Xangai, Singapura, Sydney e Tóquio (Alfa+). Cidades brasileiras também são consideradas como é o caso de **São Paulo** (Alfa), **Rio de Janeiro** (Beta-), **Curitiba e Porto Alegre** (Gama-).

O processo de urbanização brasileiro foi essencialmente concentrador, reflexo das condições em que ocorreu a modernização da economia do país. Desde a década de 1930 e, ainda mais, no pós-guerra, a industrialização baseou-se em investimentos volumosos de capital, realizados pelo Estado, pelas transnacionais ou por conglomerados privados nacionais. Um número reduzido de cidades, que apresentavam vantagens prévias, tornou-se alvo dos investimentos. Essas aglomerações evoluíram como os polos de atração demográfica e grandes mercados consumidores. A concentração econômica determinou a aglomeração espacial e o resultado foi a **metropolização**, ou seja, a formação de uma metrópole.

O fenômeno da **conurbação** impulsionou a metropolização que, juntos, deram origem às **regiões metropolitanas**, um conjunto de municípios contíguos e integrados socioeconomicamente a uma cidade central, com serviços públicos e infraestrutura comum. São estruturas territoriais especiais, formadas pelas principais cidades do país e pelas aglomerações a elas conurbadas. Tais estruturas configuram unidades de planejamento integrado do desenvolvimento urbano. Em 2009 o Brasil possuía **26 regiões metropolitanas e 03 (três) Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE)**, envolvendo 386 municípios e cerca de 80 milhões de habitantes (42% da população total do país). A

Constituição de 1988, conforme artigo 25, parágrafo 3.º, permitiu a estadualização do reconhecimento legal das metrópoles.

As **Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE)** também são regiões metropolitanas, mas os municípios que as compõem se situam em mais de um estado e, por causa disso, são criadas por Lei Federal.

À medida que as cidades se expandem horizontalmente, ocorre a conurbação, ou seja, elas se tornam contíguas e integradas. Embora permaneçam com administrações diferentes, espacialmente é como se fossem uma única cidade, portanto os problemas de infraestrutura urbana passam a ser comuns ao conjunto de municípios que formam a região metropolitana.

Das 29 regiões metropolitanas e Rides brasileiras existentes em 2009, duas (São Paulo e Rio de Janeiro) são nacionais pelo fato de polarizarem o país inteiro. Como já vimos, ambas também são consideradas cidades globais por estarem fortemente integradas aos fluxos mundiais. As outras 24 regiões metropolitanas e 03 Rides são consideradas regionais. Ainda, o **eixo Rio de Janeiro-São Paulo, com a Baixada Santista, Campinas e o Vale do Paraíba (SP)**, forma uma enorme concentração urbana integrada, **constituindo uma megalópole.**

Na porção leste do estado de São Paulo, o fenômeno da urbanização extensiva manifesta-se na configuração de outro sistema de cidades de escala similar à da megalópole. Trata-se da **metrópole expandida** ou **macrometrópole**, que ocupa a área centralizada pela Região Metropolitana de São Paulo e se limita pelos três centros regionais circundantes. Assentando-se sobre os eixos de circulação que ligam a aglomeração urbana de São Paulo a Campinas, a noroeste, Santos, a sudeste, São José dos Campos, a nordeste, e Sorocaba, a

sudoeste, a metrópole expandida tem raio máximo de cerca de 100 km, a distância rodoviária entre São Paulo e Campinas.

Figura 1 – Brasil: maiores Regiões Metropolitanas e Rides (2009)

BRASIL: MAIORES REGIÕES METROPOLITANAS E RIDES* – 2009			
Região metropolitana	Estado	População	Número de municípios
São Paulo	SP	19 223 897	39
Rio de Janeiro	RJ	11 571 617	20
Belo Horizonte	MG	4 939 053	34
Porto Alegre	RS	3 959 807	31
Recife	PE	3 730 114	14
Salvador	BA	3 677 060	13
Fortaleza	CE	3 435 456	15
Curitiba	PR	3 172 357	26
Campinas	SP	2 633 523	19
Belém	PA	2 043 537	5
Goiânia	GO	2 007 868	13
Manaus	AM	1 933 327	8
Vitória	ES	1 624 837	7
Baixada Santista	SP	1 606 863	9
Natal	RN	1 255 409	9
Ride do Distrito Federal e Entorno	DF/GO/MG	3 541 459	23
Ride do Polo Petrolina e Juazeiro	PE/BA	812 515	8
Ride da Grande Teresina	PI/MA	1 116 303	13

Fonte: SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalizado. Vol. 3. 2ª edição. São Paulo: Scipione, 2012. p.205.

Outro fenômeno notável é o ritmo frenético da urbanização e a emergência de novas **megacidades** no mundo em desenvolvimento. Outro termo, classificado desta vez pela ONU (Organização das Nações Unidas) que classifica como **megacidades** as **aglomerações com mais de 10 milhões de habitantes**. Em 2005, existiam 20 megacidades no mundo, entre as quais apenas quatro nos países desenvolvidos. Das demais, nove eram asiáticas e quatro latino-americanas (Cidade do México, Buenos Aires, **São Paulo** e **Rio de Janeiro**). Na Europa, apenas Moscou é uma megacidade. Segundo projeções da ONU, em

2025 serão 37 megacidades, sendo apenas sete nos países desenvolvidos.

**As megacidades resumem os profundos contrastes sociais dos países em desenvolvimento.** Abrigam luxuosos hotéis internacionais, *shopping centers* e sofisticados sistemas de telecomunicação com o exterior, mas estão rodeados por imensas favelas. **Exibem bairros luxuosos**, onde reside a elite local, **mas a sombra da miséria paira sobre a parcela significativa da população.** Funcionam como sedes de corporações transnacionais, mas a paisagem urbana está dominada pelo pequeno comércio de vendedores ambulantes. **São sínteses da complexa combinação de modernidade e pobreza.** Estima-se que um bilhão de pessoas, quase um sexto da população mundial, residam em favelas. Segundo projeções da ONU, o número de habitantes das favelas atingirá 2 bilhões em 2030.

As cidades expressam, de modo geral, a dinâmica econômica do comércio e dos serviços. Nas aglomerações urbanas, as áreas centrais, que se caracterizam por preço da terra mais elevado, tendem a se especializar nas atividades terciárias. As áreas residenciais de alta renda não se distribuem aleatoriamente pela mancha urbana. Como regra, essas áreas se desenvolvem em determinado setor da cidade e, ao longo do tempo, tendem a se segregar espacialmente das áreas residenciais populares. O elemento que define a segregação espacial é o preço dos terrenos e dos imóveis. Os setores da cidade preferidos pelas camadas de alta renda experimentam valorização imobiliária, o que limita a possibilidade de instalação das famílias de baixa renda.

Nas cidades médias, o centro comercial e de serviços figura como área bem definida, quase sempre organizada no centro urbano. O crescimento das cidades, entretanto, provoca o surgimento de novas aglomerações de comércio e serviços. Os “centros novos” se constituem

nas proximidades de áreas residenciais de alta renda e também de bairros populares.

À medida que se desenrola o processo de metropolização e espriam-se bairros residenciais de alta renda cada vez mais distantes do centro, o centro comercial e de serviços original vai sendo abandonado pelos consumidores com maior poder aquisitivo. Com isso, ele se transfigura, voltando-se para o consumo popular. A tendência à multiplicação dos subcentros comerciais atinge o seu ápice com a disseminação dos *shopping centers*, que corresponde a uma mudança do padrão tradicional, pela criação deliberada de aglomerações de lojas e estabelecimentos de serviços.

Os bairros populares das grandes cidades brasileiras desenvolveram-se inicialmente nos arredores das áreas industriais. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, seu crescimento acompanhou o trajeto das vias férreas, e as estações de trem funcionaram como polos de núcleos residenciais suburbanos. Mais tarde, no pós-guerra, com a aceleração do êxodo rural, configuraram-se vastos anéis periféricos em loteamentos populares legais ou clandestinos.

Com o tempo, as favelas se difundiram por todas as grandes e médias cidades do país, como alternativa residencial das classes populares. No senso comum, favela é um aglomerado de barracos erguidos. Contudo, o que caracteriza a favela não é apenas sua aparência, mas o fato de que constitui um bairro popular nascido da ocupação espontânea de terrenos públicos ou privado, onde os moradores não possuem nenhum título de propriedade dos terrenos. Em sua maioria, situam-se nos arredores de áreas comerciais ou bairros residenciais de alta renda, que oferecem oportunidade de emprego para seus habitantes.

A pobreza urbana tem características bastante diferentes da pobreza rural. Nas cidades, o custo de vida é mais elevado, pois todos os itens que compõem as necessidades indispensáveis para o indivíduo exigem gasto de dinheiro. O preço dos imóveis urbanos pouco tem a ver com as características internas dos terrenos mercantilizados. Os terrenos urbanos custam não pelo que são, mas pelo que têm em sua volta, isto é, pelo nível de acesso que proporcionam à infraestrutura e aos serviços urbanos. Assim, a população pobre tem acesso precário à habitação e aos serviços públicos, devido à barreira constituída pelo mercado imobiliário.

Em números absolutos, São Paulo e Rio de Janeiro abrigam mais da metade dos moradores de favelas no país. O universo da pobreza nas metrópoles brasileiras revela as disparidades de desenvolvimento entre as regiões. Segundo dados de 2000, nas maiores cidades do Norte e Nordeste, cerca de um terço da população vivia abaixo da linha da pobreza, enquanto nas metrópoles do Centro-Sul os pobres representavam menos de 15% da população total.

Além disso, as metrópoles brasileiras estão entre as mais violentas do mundo. Há inúmeras causas estruturais da violência urbana, cujas raízes se encontram na exclusão e marginalização sociais de significativa parcela da população. Contudo, é um equívoco comum associá-la à pobreza, as cidades mais pobres não são, de modo geral, as mais violentas. O crime organizado não representa a única causa da violência urbana. O fenômeno deriva também da criminalidade comum, que pode ou não estabelecer laços eventuais com as grandes facções criminosas, e dos conflitos interpessoais provocados por disputas de vizinhos, no tráfego ou em bares, constitui uma das principais causas de homicídios nas metrópoles brasileiras.

Assim, o impacto da violência urbana está registrado nas paisagens. Guaritas de segurança privada pontilham as ruas de bairros classe alta e média. Vias de tráfego e calçadas são interrompidas por cancelas e portões. Cercas, muros altos e equipamentos de monitoramento eletrônico protegem residências e edifícios. O espectro da violência esvazia espaços públicos, praças e parques são rodeados por cercas e fechados após o anoitecer. Nessas condições, os *shopping centers* aparecem como alternativas de lazer em áreas privadas, estritamente vigiadas. A cidade parece desistir da sua vocação histórica, de lugar de encontro e intercâmbio.

## EXERCÍCIOS

**1. (EsPCEEx - 2014) Segundo o IBGE, em 2007, o nível de urbanização brasileira já era de 83,5%, índice superior ao da maior parte dos países europeus. Alguns estudiosos acreditam que o Brasil apresenta, na verdade, nível de urbanização menor do que revelam as estatísticas do IBGE. De acordo com os estudiosos, essa elevada urbanização apontada pelas estatísticas deve-se ao fato de a legislação do País considerar como urbanas as localidades que**

- a) são sede de município ou de distrito e as demais áreas definidas como urbanas pelas legislações municipais.
- b) possuem população absoluta acima de 5 mil habitantes.
- c) possuem mais de 8 (oito) mil eleitores.
- d) apresentam densidade demográfica superior a 150 hab/Km<sup>2</sup>, tal como definem os países da OCDE.

e) possuem determinadas infraestruturas e equipamentos coletivos, como escolas e postos de saúde, e funcionem como um polo de distribuição de bens e serviços.

**2. (EsPCEEx - 2013) Com relação às regiões metropolitanas (RM) no Brasil, leia as afirmativas abaixo:**

**I. De acordo com o estudo “Regiões de Influência das Cidades 2007”, publicado pelo IBGE, São Paulo é a única RM a receber a denominação de Grande MetrÓpole Nacional;**

**II. A criação de uma região metropolitana é caracterizada pela conurbação de, no mínimo, duas metrÓpoles entre si;**

**III. A região metropolitana é resultante da necessidade da elaboração de soluções integradas para os serviços públicos que escapam à competência política das prefeituras municipais que a compõem;**

**IV. A Constituição de 1988 delegou aos municípios o poder de legislar sobre a criação de RM, por isso, na década de 1990, foram criadas diversas novas RM.**

**Assinale a alternativa que apresenta todas as afirmativas corretas:**

- a) I e II
- b) I, II e IV
- c) I e III
- d) II, III e IV
- e) III e IV

**3. (EsPCEEx - 2012) Assinale a alternativa que apresenta somente cidades que, no ano de 2000, segundo o Instituto**

**Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram classificadas como metrópoles nacionais.**

- a) São Paulo, Rio Janeiro e Manaus
- b) Porto Alegre, Florianópolis e Recife
- c) São Paulo, Recife e Belém
- d) Fortaleza, João Pessoa e Porto Alegre
- e) Curitiba, Belo Horizonte e Salvador

**4. (EsPCEEx - 2012) “O processo de urbanização é geral mas não é regionalmente uniforme. Do ponto de vista regional, registram-se fortes diferenças no ritmo da transferência da população do meio rural para o meio urbano”.**

(Magnoli & Araujo, 2005, p.184).

**Sobre a urbanização brasileira podemos afirmar que:**

**I. Graças a sua grande dinâmica industrial, a Região Sul é a segunda mais urbanizada do País.**

**II. As regiões que apresentam os menores níveis de urbanização são a Centro-Oeste e a Norte.**

**III. A urbanização do Centro-Oeste acentuou-se na segunda metade do século passado, com a elevada concentração fundiária e com a mecanização da agricultura da soja.**

**IV. As desigualdades no ritmo da urbanização entre as regiões brasileiras refletem as disparidades econômicas regionais e a inserção diferenciada de cada região na economia nacional.**

**Assinale a alternativa que apresenta todas as afirmativas corretas:**

- a) I e II
- b) I, II e III
- c) I e IV

- d) II e IV
- e) III e IV

**5. (FMP - 2016) Para quem é real a rede urbana?**

Na grande cidade, há cidadãos de diversas ordens ou classes, desde o que, farto de recursos, pode utilizar a metrópole toda, até o que, por falta de meios, somente a utiliza parcialmente, como se fosse uma pequena cidade, uma cidade local. A rede urbana, o sistema de cidades, também tem significados diversos segundo a posição financeira do indivíduo. Há, num extremo, os que podem utilizar todos os recursos aí presentes (...). Na outra extremidade, há os que nem podem levar ao mercado o que produzem, que desconhecem o destino que vai ter o resultado do seu próprio trabalho, os que, pobres de recursos, são prisioneiros do lugar, isto é, dos preços e das carências locais.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987. p.112.

**A situação descrita sobre a realidade dos cidadãos, em relação à grande cidade e à rede urbana, se refere diretamente ao processo de**

- a) alienação sociopolítica dos consumidores
- b) segregação socioespacial dos habitantes
- c) gentrificação das áreas centrais
- d) periferação das atividades produtivas
- e) verticalização de bairros suburbanos

**6. (FATEC - 2016) O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o órgão responsável pela elaboração dos censos demográficos no Brasil. De acordo com o censo demográfico de 1960, os habitantes da zona urbana representavam**

45% da população brasileira. Esse percentual subiu para 75% no censo de 1991 e para 84% no censo de 2010.

A instalação de indústrias nas cidades, aliada à mecanização do campo, trouxe para as áreas urbanas uma grande quantidade de pessoas despreparadas para as funções urbanas, levando ao surgimento de desempregados e subempregados.

Uma das heranças desse processo sobre o espaço urbano brasileiro é a

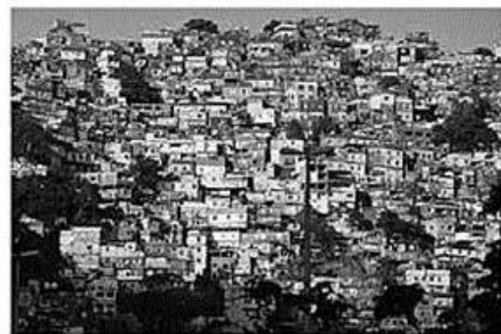
- a) ocupação ordenada das periferias e subúrbios das cidades.
- b) ausência de moradores de rua nas áreas centrais das cidades.
- c) inexistência de terrenos vazios para a construção civil nas cidades.
- d) expansão do número de cortiços, de favelas e de habitações precárias nas cidades.
- e) regularização e incentivo à construção de moradias sob os viadutos das cidades.

## 7. (UERJ - 2015)



Favela no Morro de Santo Antônio, 1914

[educacaopublica.rj.gov.br](http://educacaopublica.rj.gov.br)



Favela da Rocinha, 2014

[revistaescola.abril.com.br](http://revistaescola.abril.com.br)

O problema habitacional na cidade do Rio de Janeiro é antigo, com alguns de seus efeitos mantendo-se há mais de um século, como o tipo de moradia popular retratado nas imagens.

Uma causa econômica e um resultado socioespacial, associados diretamente à expansão desse tipo de moradia ao longo do século XX, são:

- a) mercantilização do solo urbano – segregação
- b) fortalecimento do comércio informal – verticalização
- c) crescimento do trabalho assalariado – suburbanização
- d) redução do financiamento habitacional – periferização

**8. (UPE - 2015) “Nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado/compreendido, se não for considerada a enorme desigualdade econômica e de poder político, que ocorre em nossa sociedade. O maior problema do Brasil não é a pobreza, mas, a desigualdade e a injustiça a ela associada. Desigualdade econômica e desigualdade de poder político. Daí decorre a importância da segregação na análise do espaço urbano de nossas metrópoles, pois a segregação é a mais importante manifestação espacial-urbana da desigualdade que impera em nossa sociedade.”**

(VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. Estudos. Avançados. vol. 25 N°. 71, São Paulo, jan./abr. 2011)

Com relação às medidas a serem adotadas pelo Poder Público para combater a segregação no espaço urbano referida no texto, analise os itens a seguir:

- I. Expansão dos serviços de coleta de lixo e limpeza de ruas
- II. Aumento da rede de esgotos
- III. Avanço do controle da segurança
- IV. Expansão da infraestrutura de transportes
- V. Incremento dos serviços de educação

**Estão CORRETOS**

- a) apenas I e V.
- b) apenas II e V.
- c) apenas I, II e III.
- d) apenas II, III e IV.
- e) I, II, III, IV e V.

**9. (UNICAMP - 2015) A gestão pública e empresarial mantém relações complexas, hierárquicas, de controle entre centros urbanos, propagando decisões, definindo relações e destinando investimentos.**

Adaptado de Regiões de Influência das cidades, 2007. IBGE. Disponível em [www.mma.gov.br/estrutura/PZEE\\_/arquivos/regra\\_28.pdf](http://www.mma.gov.br/estrutura/PZEE_/arquivos/regra_28.pdf).

**Segundo o IBGE, os três principais centros de gestão empresarial que exercem acentuado comando sobre o conjunto do território brasileiro são, em ordem de importância,**

- a) Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro.
- b) Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília.
- c) São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília.
- d) Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo.

### **10. (UNICAMP - 2015)**

Paisagem de uma metrópole brasileira



(Fonte: Tuca Vieira. Disponível em [www.tucavieira.com.br](http://www.tucavieira.com.br). Acessado em 10/06/2014.)

**Considerando a imagem, assinale a alternativa correta.**

a) A organização do espaço geográfico nas metrópoles brasileiras caracteriza-se, na atualidade, pela tendência à homogeneização das formas de habitar, em função da existência de políticas urbanas e sociais exitosas.

b) Os moradores do condomínio fechado e os moradores da favela compartilham áreas comuns de lazer, fato que expressa o enfraquecimento dos conflitos entre as diferentes classes sociais na metrópole.

c) A concentração da riqueza permite a uma pequena parcela da sociedade viver em condomínios fechados de alto padrão, que, fortificados por aparatos de segurança, aprofundam a fragmentação do espaço urbano.

d) A favela é um espaço monofuncional, exclusivamente residencial, desprovido de serviços urbanos básicos como energia elétrica, água, saneamento, limpeza e, portanto, equilibradamente coeso à malha urbana.

## **11. (UECE - 2015) Leia os textos abaixo.**

### **TEXTO 1**

**Uma das principais características das regiões metropolitanas é o crescimento dos tecidos urbanos. Com o crescimento das cidades limítrofes, antigas áreas pertencentes às diversas municipalidades que não eram ocupadas anteriormente passam a compor uma unicidade no tecido metropolitano produzindo assim uma unidade espacial de escala e complexidade distinta da inicial.**

### **TEXTO 2**

**Um sistema integrado de cidades que passa a estabelecer fluxos sociais, econômicos, políticos e culturais. Forma-se, portanto, um sistema de múltiplas espacialidades nas quais as**

**idades são conectadas por fluxos populacionais, serviços, informações e capitais, constituindo “nós” que entrelaçam as ligações entre esses lugares. Aqueles fluxos seguem uma hierarquização que é sempre comandada por cidades maiores e que disponibilizam, sobretudo, serviços para as outras cidades.**

**Os textos 1 e 2 indicam respectivamente fenômenos relacionados à**

- a) metropolização e à gentrificação.
- b) desconcentração urbana e à periferação.
- c) metropolização e à endourbanização.
- d) conurbação e à rede urbana

**12. (ESA – 2015) Processo de integração física das manchas urbanas de duas ou mais cidades que cresceram horizontalmente até os seus limites municipais, podendo ser também uma integração funcional com intensos fluxos pendulares diários de trabalhadores. Este processo é denominado:**

- a) segregação sócio-espacial.
- b) hierarquia urbana.
- c) gentrificação.
- d) conurbação.
- e) aglomerado subnormal.